



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA E EDUCAÇÃO

Mestrado em Ensino do Português no 3º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário e de Espanhol/Francês nos Ensinos Básico e Secundário (cód: 198)
(sigla: B_M_EPEF)

Especialidade em Ensino do Português no 3º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário e de Espanhol dos Ensinos Básico e Secundário

Rute Maria de Campos Esteves

Aluna nº 7645

Relatório apresentado no âmbito da Prática de Ensino Supervisionada

Agrupamento de Escolas de Redondo Escola E B 2,3/S. Dr. Hernâni Cidade

Orientadora: Professora Doutora

Ângela Maria Franco Martins Coelho de Paiva Balça

Évora, 2011



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA E EDUCAÇÃO

Mestrado em Ensino do Português no 3º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário e de Espanhol/Francês nos Ensinos Básico e Secundário (cód: 198)
(sigla: B_M_EPEF)

Especialidade em Ensino do Português no 3º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário e de Espanhol dos Ensinos Básico e Secundário

Rute Maria de Campos Esteves

Aluna nº 7645

Relatório apresentado no âmbito da Prática de Ensino Supervisionada

Agrupamento de Escolas de Redondo Escola E B 2,3/S. Dr. Hernâni Cidade

Orientadora: Professora Doutora

Ângela Maria Franco Martins Coelho de Paiva Balça

Évora, 2011

Aos meus filhos Beatriz e Bernardo

Agradecimentos

A elaboração deste Relatório de Estágio contou com a colaboração de pessoas que gostaria de salientar e agradecer.

Agradeço à minha orientadora, Professora Ângela Maria Franco Martins Coelho de Paiva Balça, por estar sempre presente e disponível, permitindo ultrapassar os obstáculos que surgiram.

Uma palavra de agradecimento também para os meus alunos pois sem eles eu não teria realizado o presente trabalho.

Agradeço a todas as minhas colegas, pelas sugestões, críticas e apoio que demonstraram.

À minha família, principalmente à Beatriz, Bernardo e Daniel, agradeço a compreensão pelo tempo que não lhes dediquei. Aos meus pais, o meu obrigada pelo apoio incondicional e o incentivo que foram fundamentais para o desenvolvimento deste projecto.

Relatório apresentado no âmbito da Prática de Ensino Supervisionada

Agrupamento de Escolas de Redondo Escola E B 2,3/S. Dr. Hernâni Cidade

Resumo

O presente relatório refere-se à Prática de Ensino Supervisionada realizada na Escola E B 2,3/S. Dr. Hernâni Cidade, em Redondo. Foi seleccionada a disciplina de Língua Portuguesa, no nono ano de escolaridade por múltiplas razões. Primeiramente, este ano e disciplina referenciados anteriormente, proporcionam um primeiro contacto com autores clássicos da nossa literatura. Em segundo lugar, o nono ano é um ano terminal de ciclo em que os alunos serão avaliados quer através do exame nacional, no final do ano, quer através do teste intermédio que se realiza pela segunda vez. Por último, os conteúdos do programa e o nível etário dos alunos são aliciantes, proporcionando um conjunto de actividades de realce no âmbito da prática lectiva. Tratando-se de um exercício descritivo e reflexivo, poderá contribuir para futuros trabalhos realizados nesta área.

Report of Teaching Supervised Practice, Association of Schools of Redondo –

E B 2,3/S Dr. Hernâni Cidade

Abstract

This report refers to the Practice of Supervised Teaching at the EB 2,3/ S. Dr. Hernâni Cidade School, in Redondo. The subject of Portuguese Language, for the 9th grade, was chosen for multiple reasons. Firstly, this grade and subject allow the pupils to have a first contact with classical authors of our literature. Secondly, the 9th grade represents the terminal year of a cycle in which the pupils are evaluated not only through a national examination, at the end of the schoolyear, but also through an intermediate test which is done for the second time. Lastly, the content of the programme and the age of the pupils are so appealing that they allow a number of interesting curricular activities. As it is a descriptive and reflexive exercise, it can contribute to the realization of future projects in this area.

ÍNDICE GERAL

- Agradecimentos	iv
- Resumo	v
- Abstract	vi
- Índice Geral	vii
1- Introdução	1
2- Preparação científica, pedagógica e didáctica	2
2.1.- O Currículo Nacional do Ensino Básico e a disciplina de Língua Portuguesa ..	2
2. 1.1.- Conteúdos do programa de Língua Portuguesa no nono ano	5
3- Planificação e condução de aulas e avaliação de aprendizagens	9
3.1 – Caracterização das turmas	9
3.2 - Preparação das actividades lectivas	10
3.2.1- Elaboração de planificações	11
3.3- O papel activo do aluno no processo de ensino-aprendizagem	12
3.3.1- Estratégias utilizadas num ensino individualizado	13
3.3.2- Estratégias utilizadas no ensino especial	15
3.4- A prática lectiva	17
3.4.1- Recursos físicos da escola/salas	17
3.4.2- Estabelecimento de regras na sala de aula	18
3.4.3- Actividades desenvolvidas	19
3.4.4- Relação com a comunidade educativa	21

3.5- Avaliação das aprendizagens dos alunos do nono ano	21
4- Análise da prática de ensino	23
4.1- Reflexões e avaliação referentes à prática lectiva	23
5- Participação na escola	25
5.1- Cargos desempenhados	25
5.2- Participação nas actividades do plano anual de actividades do Agrupamento...	26
6- Desenvolvimento profissional	27
6.1.- Formação pessoal.....	27
7- Considerações gerais	29
8- Referências bibliográficas	31
9- Anexos	33

1- Introdução

É incontornável afirmar que a escola é o pilar da sociedade. Ela estrutura os indivíduos e faz deles os cidadãos do futuro. A escola é uma instituição responsável pela instrução e formação que se vê obrigada a avançar ao ritmo de uma sociedade em constante mutação. Desta forma, esta tem de acompanhar o desenvolvimento e o professor, como agente de ensino deverá contribuir para o seu progresso, desempenhando um papel fulcral em todo processo de ensino-aprendizagem. Todos guardamos da memória um rosto, um gesto e uma palavra de um professor que marcou para sempre a nossa vida. Todos temos a consciência que um dia poderemos ser nós próprios a marcar a vida de um aluno pois é certo que não se ensina só aquilo que se quer mas também o que se é.

Ensinar é cumulativamente transmitir, comunicar, saber ouvir e reflectir sobre as práticas desenvolvidas. De facto, o professor deverá reflectir sobre as suas estratégias, sobre os resultados das aprendizagens, sobre a necessidade de aprofundar o seu saber científico, sobre actualizações de carácter pedagógico, sobre o currículo/ programa. Assim, ele poderá ser mais um instrumento na melhoria da escola do futuro. A reflexão e a crítica construtivista são pois o *leitmotiv* da mudança.

O objectivo deste trabalho é o de descrever, analisar e reflectir sobre as práticas lectivas fruto da experiência do presente ano, concretamente no nono ano de escolaridade da disciplina de Língua Portuguesa. O relatório foi norteado pelo documento entregue aos mestrados, no início de todo este processo. Assim sendo, o trabalho encontra-se dividido em diferentes partes. Inicialmente, falar-se-á sobre a preparação científica, pedagógica e didáctica, onde serão abordadas questões como o Currículo e os conteúdos do programa de Língua Portuguesa. Em seguida, serão mencionadas temáticas relacionadas com a planificação e condução de aulas e avaliação de aprendizagens. Este é indubitavelmente o ponto que nos tomará mais tempo, uma vez que serão referidas questões como a caracterização das turmas, as planificações, estratégias, recursos físicos, actividades desenvolvidas, relação com a comunidade escolar e ainda a avaliação de aprendizagens dos alunos de nono ano. O quarto ponto destina-se às referências sobre os cargos desempenhados e à participação nas

actividades que constam do Plano Anual de Actividades do Agrupamento. Seguidamente, serão apresentadas informações que concernem à formação pessoal, às quais se seguirão as considerações gerais. Por último, tomaremos conhecimento das referências bibliográficas e dos anexos que complementam o presente relatório.

2- Preparação científica, pedagógica e didáctica

2.1.- O Currículo Nacional do Ensino Básico e a disciplina de Língua Portuguesa

No capítulo VII, artigo 47.º - Desenvolvimento curricular da Lei n.º 46/86 de 14 de Outubro, a Lei de Bases do Sistema Educativo, modificada pela Lei nº 30 de 30 de Agosto (segunda alteração à Lei de Bases e primeira alteração à Lei de Bases do Financiamento do Ensino Superior) pode ler-se que “a organização curricular da educação terá em conta a promoção de uma equilibrada harmonia, nos planos horizontal e vertical, entre os níveis de desempenho físico e motor, cognitivo, afectivo, estético, social e moral dos alunos”. No sétimo artigo desta lei são definidos vários objectivos do ensino básico, entre os quais: assegurar uma formação geral a todos os portugueses; assegurar a correcta articulação entre o saber e o fazer, a teoria e a prática; proporcionar o desenvolvimento físico e motor e promover a educação artística; proporcionar a aprendizagem de duas línguas estrangeiras; dotar os alunos de conhecimentos básicos para o prosseguimento de estudos; valorizar valores de identidade nacional e consciência física; assegurar a educação especial aos alunos com estas necessidades e criar condições de promoção do sucesso escolar e educativo a todos.

Esta legislação é pois o suporte do Currículo Nacional do Ensino Básico que se sustenta em valores cívicos, estéticos, ecológicos, éticos, entre outros. Este documento apresenta ainda uma listagem de dez competências gerais que o aluno deverá ter à saída da educação básica. Para cada uma das competências gerais, deverão ser desenvolvidas acções relativas à prática docente, as denominadas operacionalizações transversais aos diferentes campos específicos do saber. Tal como é mencionado no Currículo Nacional do Ensino Básico, no capítulo relativo às competências essenciais, “A Língua Portuguesa representa um papel fundamental no desenvolvimento das competências gerais de transversalidade disciplinar” (p.31). Seguidamente e ainda no mesmo documento, sugerem-se dez modos de operacionalização das mesmas, tais como “Descobrir a multiplicidade de dimensões da experiência humana, através do acesso ao

património escrito legado por diferentes épocas e sociedades, e que constitui um arquivo vivo da experiência cultural, científica e tecnológica da Humanidade; Ser rigoroso na recolha e observação de dados linguísticos e objectivo na procura de regularidades linguísticas e na formulação das generalizações adequadas para as captar...” (Ibidem).

Ainda no âmbito desta disciplina, é necessário que em cada ciclo de aprendizagem, o aluno desenvolva competências específicas ao nível da compreensão e expressão orais, da leitura, da expressão escrita e do conhecimento explícito da língua.

Relativamente às competências do modo oral os objectivos são os seguintes: “Alargar a compreensão a discursos em diferentes variedades do Português, incluindo o Português padrão, e dominar progressivamente a compreensão em géneros formais e públicos do oral, essenciais para a entrada na profissional e para o prosseguimento de estudos” e “Alargar a expressão do oral em Português padrão e dominar progressivamente a produção de géneros formais e públicos do oral, essenciais para a entrada na profissional e para o prosseguimento de estudos” (Ibidem, p. 32). Quanto às competências do modo escrito podemos afirmar que são as seguintes: “Criar autonomia e hábitos de leitura, com vista à fluência de leitura e à eficácia na selecção de estratégias adequadas à finalidade em vista” e “Apropriar-se das técnicas fundamentais da escrita, com vista à desenvoltura, naturalidade e correcção no seu uso multifuncional” (Ibidem). Finalmente, o objectivo do conhecimento explícito é: “Desenvolver a consciência linguística, tendo em vista objectivos instrumentais e atitudinais, e desenvolver um conhecimento reflexivo, objectivo e sistematizado da estrutura e do uso do Português padrão” (Ibidem).

As competências específicas aparecem enunciadas não por ano de escolaridade, mas por ciclo às quais surgem associadas as metas de desenvolvimento. No âmbito do terceiro ciclo e da competência da compreensão do oral, a meta é a “Compreensão de formas complexas do oral exigidas para o prosseguimento de estudos e para a entrada na vida profissional” (Ibidem). Na expressão oral, o objectivo é “Fluência e adequação da expressão oral em contextos formais” (Ibidem, p. 34). Para a leitura, competência transversal ao Currículo, o objectivo traçado é: “Fluência de leitura e eficácia na selecção de estratégias adequadas ao fim em vista” (Ibidem). Quanto à expressão escrita, podemos afirmar que a meta de ciclo é adquirir: “Naturalidade e correcção no

uso multifuncional do processo de escrita” (Ibidem, p. 35). Efectivamente é aceite por unanimidade que a escrita é detentora de um papel de extrema importância no processo de ensino – aprendizagem, podendo ainda proporcionar a aquisição de conteúdos na área de outros domínios. Por fim, para o conhecimento explícito da língua é sugerida a seguinte meta: “Conhecimento sistematizado dos aspectos básicos da estrutura e do uso do Português” (Ibidem).

O conceito de currículo tem sido objecto de estudo por parte de vários investigadores e muitos são os trabalhos a ele dedicados.

Maria do Céu Roldão define-o como “esse conjunto de aprendizagens necessárias, mutável e socialmente construído - que hoje designamos por currículo - que a sociedade remete para que garanta a sua passagem / apropriação” (Alarcão, 2001, p. 69). Desta forma, podemos encarar o currículo como o conjunto de aprendizagens fundamentais para que cada indivíduo se enquadre socialmente num determinado meio. Contudo, para outros investigadores, “o currículo escolar não é (...) uma simples lista das disciplinas e, dentro desta, as matérias e temas que, supostamente, deverão ser ensinados aos alunos. (...) Ele inclui as formas de fazer, os contextos e processos criados e organizados para a aprendizagem” (Lemos, Neves, Campos, Conceição, Alaiz, 1992, p. 14).

“Um currículo, em qualquer dos níveis e acepções considerados, não existe sem um sistema de valores político – educacionais tomados como fundamento das decisões e orientações científicas e pedagógicas que lhe dão corpo” (Amor, 1994, p.34). Efectivamente, é o desenvolvimento do currículo, com o seu carácter transversal ao longo dos ciclos que definirá os critérios de selecção dos conteúdos e modos de operacionalização a utilizar, tendo em atenção as finalidades do processo de ensino – aprendizagem.

No final deste documento, Currículo Nacional do Ensino Básico, são ainda apresentadas experiências de aprendizagem do aluno que asseguram o cumprimento dos objectivos do currículo de Língua Portuguesa, tais como a audição de diversos tipos de registo de Português padrão e de outras variedades, actividades de leitura, de consulta de material, de escrita, entre outras.

Segundo M. C. Roldão, “O corpus curricular é hoje integrador de conteúdos de aprendizagem, tomada a expressão em sentido muito lato, que compreendem domínios de saberes, activação de processos, desenvolvimento de atitudes e competências, domínio de modos de aceder ao conhecimento” (Roldão, 1999, p. 25). A mesma autora afirma ainda que: “o acesso ao conhecimento se constitui cada vez mais em poderoso critério de pertença ou exclusão social” (Ibidem). Efectivamente, ter conhecimento é também sinónimo de ter poder. Desta forma, os conteúdos das disciplinas são meios que dotam os indivíduos com competências de várias ordens para que estes possam gerir a própria vida futuramente.

O tratamento do currículo por parte do professor é indissociável dos alunos uma vez que é sobre estes que recai a educação.

2. 1.1.- Conteúdos do programa de Língua Portuguesa no nono ano

A definição da palavra “Programa“ surge expressa no próprio *Programa de Língua Portuguesa – Plano de Organização do Ensino*: “Os programas são projectos concretizáveis pelas programações a elaborar nas escolas, de acordo com o seu plano global de actividades e respeitando o equilíbrio entre três domínios e o peso relativo dos respectivos conteúdos” (pág. 9).

O programa de Língua Portuguesa apresenta quatro domínios que deverão ser trabalhados transversalmente ao longo dos vários ciclos. Os domínios são os seguintes: a comunicação oral (ouvir/ falar), o domínio da leitura, o da escrita e por último o domínio do funcionamento da língua. Para cada um destes domínios, o programa aponta objectivos, conteúdos e processos de operacionalização por ano.

Detendo-nos um pouco no domínio da leitura, observamos uma lista de obras para leitura orientada destinada a cada um dos três anos do terceiro ciclo. No nono ano, para além da obra de Gil Vicente, que pode ser escolhida entre o *Auto da Barca do Inferno* ou o *Auto da Índia*, dos excertos de *Os Lusíadas* de Luís de Camões e para além de uma lista de poetas a ler, tais como Fernando Pessoa, Almada Negreiros, Ruy Belo ou José Gomes Ferreira, podemos seleccionar mais uma ou duas obras. As obras sugeridas são: *Davam Grandes Passeios aos Domingos* de José Régio; *Contos* de Vergílio Ferreira; *Dia Cinzento e outros contos* de Mário Dionísio; *Aldeia Nova* de Manuel da Fonseca;

Contos de Eça de Queirós; *O Mandarim* de Eça de Queirós; *O Velho e o Mar* de E. Hemingway; *O Príncipezinho* de Antoine de Saint-Exupéry e finalmente *A Peregrinação de Fernão Mendes Pinto*, adaptação de Aquilino Ribeiro.

No que concerne ao oral, este é possivelmente o domínio a que menos atenção se dedica. É o domínio mais difícil de ser avaliado pelo seu carácter menos objectivo e mais fugaz. Os próprios manuais sugerem actividades de prática discursiva pouco originais e baseadas em propostas de temas menos inovadores, relacionados com os conteúdos do programa. Contudo, tendo esta consciência que “aprende-se a falar, falando”, há que variar as estratégias no domínio da competência do oral, através da organização de debates, questões dirigidas, apresentação da ficha de leitura sobre a obra de escolha livre, recolhendo notas de avaliação qualitativa.

O programa de Língua Portuguesa do nono ano de escolaridade contempla a abordagem das três principais tipologias textuais: narrativa (incluindo a narrativa em verso - texto épico), dramática e poética. Este ano de escolaridade, final de um ciclo de aprendizagens, proporciona um primeiro contacto com a literatura e não pode ser entendido apenas como um mero entretenimento mas sim, um pretexto para a análise linguística mais aprofundada. É notório o gradual desaparecimento da obrigatoriedade de ler clássicos, de ler obras cada vez mais completas e de aprofundar conhecimentos linguísticos a partir das mesmas. Basta observarmos os manuais escolares para rapidamente nos apercebermos que os excertos das obras de leitura obrigatória são cada vez menores e a sua exploração de menor exigência. Recordemos o nosso nono ano de escolaridade. Circulávamos pelos corredores das escolas com os próprios livros (*Os Lusíadas* de Luís de Camões ou o *Auto da Barca do Inferno* ou *Auto da Feira* de Gil Vicente). Era aí que procedíamos às anotações, explicações e já nos íamos preparando quer para o ritmo, quer para a dificuldade dos conteúdos que nos aguardavam no ciclo seguinte: o secundário. Contudo, serão ainda mais evidentes as diferenças e a diminuição do grau de exigência, para os professores que leccionam há mais tempo.

Este ano lectivo, o primeiro período foi dedicado ao tratamento do texto narrativo. As categorias da narrativa foram sendo abordadas à medida que iam surgindo textos no manual dos alunos. Este instrumento de trabalho é fundamental no processo de ensino - aprendizagem por vários motivos. Primeiramente, o manual escolar é uma fonte quase

inesgotável de recursos ao dispor do professor. Encontramos aí um vasto conjunto de documentos, de excertos, acetatos, documentos áudio e vídeo, textos completos literários ou não, uma selecção que se encontra ao serviço da prática lectiva no sentido de potenciar os seus objectivos. Em segundo lugar, a sua utilização não se esgota aí mesmo. De facto, o manual é mais um dos instrumentos de trabalho que pode ser utilizado nas aulas. Por último, tem sido cada mais notório que os alunos se mostram particularmente ansiosos em utilizá-lo. De facto, é possível que esta ansiedade na sua utilização seja reflexo do esforço realizado pelos Encarregados de Educação, fruto da conjuntura económica e social em que vivemos.

Na abordagem do texto narrativo costumamos partir dos textos de transmissão oral, tais como os provérbios, lendas e contos populares. A partir do acetato referente ao jogo dos provérbios, actividade lúdica e pedagógica, explorámos o conhecimento pessoal dos alunos nesta área.¹ Esta temática é muito importante e costuma ser do agrado dos discentes pois permite-lhes fazer pesquisas, recolhas e apresentar à turma o seu resultado. De facto, todos nós podemos ficar mais fortes e ricos se soubermos as histórias uns dos outros. Por outro lado, esta é mais uma forma de levar a família, amigos ou conhecidos dos alunos à escola. “ Como demonstrou Piaget, o pensamento da criança permanece animista até à puberdade” (Bettelheim, 1991, p.61). Os contos têm o poder de deleitar mas também de instruir e podendo-se mesmo fazer aqui uma analogia entre o lançar o conto no imaginário da criança e lançar uma semente na terra para que esta cresça. A sequência final do texto narrativo foi dedicada ao estudo do conto de autor.

Relativamente ao texto poético, tipologia particularmente cara à maior parte dos professores de Língua Portuguesa, o trabalho desenvolvido vai inicialmente no sentido da tentativa de definição de “poeta”. Habitualmente proporcionamos a audição da canção “Perdidamente“ do grupo “Trovante” feito a partir do poema “ Ser Poeta” de Florbela Espanca. Após introduzir os alunos neste universo mágico do poeta, a condução das aulas é no sentido da transmissão/ revisão das noções básicas de versificação: definição de estrofe, verso, denominação das estrofes tendo em conta o número de versos que as constituem, métrica, denominação dos versos tendo em conta o

¹ Ver anexo 1

número de sílabas métricas, etc. É através de poemas direccionados para a sua faixa etária que se podem trabalhar com eles todas estas noções e fazer a interpretação dos mesmos. Por outro lado, estes textos são pretexto para aprofundar noções relacionadas com recursos expressivos, explorar as figuras de estilo e encontrar um “padrão“ de escrita em cada autor. De facto, a poesia é fundamental na vida do homem. Lembremos o professor e poeta Sebastião da Gama, no seu poema “Viesses tu, poesia...”: “ Viesses tu, Poesia,/ e o mais estava certo (...) (Sem ti, sem ti que fora / das rosas?)” (Gama, 1992, p. 31) .À semelhança deste autor o objectivo não é impingir-lhes versos, mas sim “ abrir-lhes a janela da poesia...” (Gama, 1993, p. 64).

No que concerne ao conhecimento explícito da língua, outrora denominado por gramática e mais tarde funcionamento da língua, podemos afirmar que a abordagem desta temática é fundamental pois falar uma determinada língua implica necessariamente “o conhecimento prático, intuitivo, inconsciente desses princípios” (Gomes, Cavacas, Leitão, Casteleiro, Martins, Ribeiro, *et al*, 1991, 2º nível, p. 55). O domínio de uma língua implica o domínio intuitivo de um conjunto de regras relativas ao seu funcionamento e organização. Mais recentemente, estas “ regras “ que podem ser de natureza sintáctica, morfológica, semântica, fonética, entre outras, foram trabalhadas num projecto inovador: a TLEBS. Depois de alguns anos de reelaboração do seu conteúdo e depois de ser incluída em alguns manuais escolares, a então TLEBS passou a designar-se “ dicionário terminológico da Língua Portuguesa “. Toda esta situação é algo perturbadora para o professor desta disciplina, tanto mais que são escassas as iniciativas de formação nesta área. Com efeito, a TLEBS, Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário, foi alvo de uma forte contestação por parte dos docentes, de encarregados de educação, dos alunos e até de investigadores na área da linguística. Segundo Maria do Carmo Vieira, ao longo dos tempos a importância dada ao estudo da gramática tem-se vindo a perder, paralelamente com uma confusão de terminologia mais tradicional e generativa que coabitavam indistintamente. Até que, “O estudo foi-se realizando e depois de uma espera paciente, e confiante nos resultados, foi com surpresa que os professores receberam nova imposição: um inventário de conceitos linguísticos, profundamente tecnicistas e complexos nas suas descrições, para além de estéreis nos seus objectivos – a TLEBS” (Vieira, 2010, p. 36). A designação de substantivo desapareceu, permanecendo apenas o “ nome “, os advérbios passaram a ser

“modificadores“. O professor deparou-se ainda com uma outra dificuldade que tem a ver com o facto dos manuais escolares não mudarem com regularidade e correu-se o risco de abordar a nova terminologia linguística no sétimo ano, por exemplo, mas o manual de oitavo, no ano seguinte ainda não a contemplar.

Relativamente às estratégias utilizadas no âmbito desta última competência neste ano lectivo, podemos afirmar que se alternou a abordagem de um texto literário ou não literário, partindo posteriormente para a exploração do assunto proposto para essa aula. Noutras alturas foi leccionada uma aula designada como mais tradicional, em que se explicitava a temática e após o esclarecimento de dúvidas, eram resolvidos exercícios. É fundamental termos a consciência que para dominar uma língua não basta dominar as suas regras. É necessário interiorizar as normas de funcionamento da mesma e treiná-las.

3-Planificação e condução de aulas e avaliação de aprendizagens

3.1- Caracterização das turmas

No que concerne às turmas, posso afirmar que cada grupo é formado por mais do que uma mera adição de indivíduos, pois eles possuem uma identidade própria. Há uma quantidade de critérios, muitas vezes meramente burocráticos para a elaboração do grupo – turma. Por esta razão é importante perceber que os objectivos deste peculiar grupo são as aprendizagens. Estas são muitas vezes marcadas pela obrigatoriedade e cabe ao professor “ o papel de ensinar ou facilitar as aprendizagens e o papel de gerir, animar o grupo” (Carita, Fernandes, 1991, p. 64). Importa que o professor assuma uma postura de aceitação e compreensão de realidade heterogenia que tem à sua frente. Fundamental é também recolher informação sobre os interesses, gostos, ocupação dos tempos livres, através de um pequeno questionário escrito que ajuda a caracterizar as turmas.

Parece claro que façamos inicialmente uma caracterização das duas turmas de Língua Portuguesa do nono ano, pois é sobre as mesmas que recai a prática lectiva descrita no presente relatório. Tendo em conta o Plano Curricular das duas turmas, podemos afirmar que a turma B é constituída por vinte alunos, nove rapazes e onze raparigas, com idades compreendidas entre os quinze e os dezassete, sendo a sua média de idades,

os catorze anos. A turma C é formada por sete raparigas e doze rapazes com idades entre os treze anos e os dezassete, sendo a média de catorze anos. Esta turma não tem alunos repetentes, enquanto que a turma B tem quatro alunos que ficaram retidos no final do ano lectivo passado. A grande maioria dos alunos de ambas as turmas é oriunda de Redondo e poucos são os alunos que vêm de localidades limítrofes tais como Foros, Vinhas ou Aldeias de Montoito. A escolaridade da maior parte dos Encarregados de Educação é o primeiro e segundo ciclos de escolaridade e poucos têm o décimo segundo ano de escolaridade ou até mesmo o ensino superior, dedicando-se essencialmente a actividades do sector primário. De referir ainda que alguns elementos do agregado familiar das duas turmas encontram-se desempregados. Os alunos ocupam-se essencialmente a ver televisão, ouvir música e jogar no computador e alguns praticam desporto (andebol, por exemplo) ou frequentam a Banda Filarmónica da localidade. Algumas famílias são monoparentais e outras monoparentais com irmãos. A maior parte dos discentes da turma B afirma que gosta de estudar ocasionalmente e cerca de cinco diz não gostar de todo. Inversamente, quase todos os alunos da turma C querem prosseguir estudos, doze até ao décimo segundo ano e sete pretendem ingressar no ensino superior. Relativamente às preferências literárias os aprendentes da turma C evidenciam gosto pela banda desenhada, romances e livros de aventuras. Na turma B, o tipo de livro lido é de aventuras, contudo seis alunos não manifestam quaisquer referências literárias.

3.2- Preparação das actividades lectivas

O nono ano de Língua Portuguesa é um ano de muita responsabilidade devido a vários factores. Primeiramente é um ano terminal de ciclo, no final do qual os alunos deverão ter adquirido muitas competências que já mencionadas anteriormente. Em segundo lugar e no decorrer do que foi referido, no fim do ano os alunos deverão realizar um exame nacional. Finalmente e pela segunda vez, realizam-se testes intermédios desta disciplina. Assim, em Janeiro, no dia vinte e oito, decorreu a prova mencionada. Desde o início do ano foi explicado aos alunos e aos encarregados de educação no que consistiam estes desafios e foram-lhes apresentadas a planificação, os objectivos, os conteúdos e a calendarização destes momentos.

Apesar de não haver horas comuns nos horários dos professores a fim de se prepararem as planificações, as actividades, os instrumentos de avaliação ou até mesmo desenvolver reflexões sobre a prática lectiva, há que arranjar uns momentos para trocar algumas ideias com as colegas que leccionam os mesmos anos e partilhar materiais e experiências. Foi o que aconteceu com o teste de nono ano de Língua Portuguesa. De facto, após ter seleccionado o excerto do conto “ O tesouro “ de Eça de Queirós e de ter feito o teste, o material foi partilhado com uma colega que o adaptou à sua turma. Posteriormente, tivemos a preocupação de marcar a data do teste o mais próximo possível para que se pudesse realizar e dar a todos os alunos deste ano as mesmas hipóteses de sucesso.²

Destaca-se ainda a utilização do *Dicionário de Didáctica das Línguas* de G. Gallisson e de D. Coste da Livraria Almedina, como auxiliar na preparação das actividades lectivas.

3.2.1- Elaboração de planificações

Apesar de considerarmos que é mais importante concretizar as aulas, do que planificá-las, a planificação é fundamental para a prática lectiva e há, indubitavelmente, uma relação entre estas duas tarefas. De facto, uma boa planificação pode potenciar as aulas que serão dadas. Neste âmbito, inicialmente teremos de ter em conta que a prática lectiva tem destinatários: os alunos. Para além deste factor, teremos de ter atenção à sequência lógica das aulas de uma dada unidade e a necessária flexibilidade que permita ir ao ritmos dos alunos, ir ao encontro dos seus interesses, tendo de haver lugar a reajustamentos. Efectivamente, o funcionamento da turma deve ser definido com os alunos. Não se deve classificar uma turma pelo que se diz da mesma pois cada grupo comporta-se de forma diferente tendo em conta o professor e as regras que são estabelecidas.

Os domínios, os conteúdos programáticos, os processos de operacionalização, os recursos, a avaliação e o tempo são, a par com os objectivos, uns dos elementos constituintes da planificação. Assim, o objectivo “ deverá ser a descrição de uma

² Ver anexo 2

performance, uma actuação linguístico – discursiva, a desenvolver pelo sujeito de aprendizagem, num modo e registo específicos, determinados por/ para um dado contexto (real ou simulado)” (Amor, 1994, p. 26). Segundo a mesma autora, podemos concluir que o objectivo traduz um fim, no sentido em que contribui para a construção de outro saber e um meio, pondo em evidência a aproximação entre objectivos e actividades, entre produtos e processos de aprendizagem.

Na escola sobre a qual trata este relatório, no início do ano lectivo é solicitado aos professores um resumo da planificação da disciplina que poderá a qualquer altura ser consultado pelo encarregado de educação, ficando a planificação a longo prazo no dossier do grupo disciplinar.³

3.3- O papel activo do aluno no processo de ensino-aprendizagem

No início do ano lectivo, as primeiras semanas são fundamentais para a criação de um ambiente de relacionamento afectivo e harmonioso, proporcionando assim uma vontade de aprender.

Nas aulas temos de ter a preocupação de manter os alunos motivados para as actividades, ocupados e envolvidos no trabalho proposto. Hoje está comprovado que “ a turbulência e a indisciplina são muito menores quando o professor adopta um estilo de trabalho partilhado, estimulando a actividade em grupo e a permanente preocupação dos alunos” (Sampaio, 2001, p. 85).

É fundamental utilizar o reforço positivo constantemente. Este passa pela palavra de apreço, por um sorriso ou até mesmo por uma festa afectuosa quando é solicitado através de um discreto toque. É perceptível quando estão carentes e o mínimo gesto, sorriso ou toque representam um carinho que provavelmente não têm ou que necessitam nesse momento.

Apesar do que foi dito anteriormente, os discentes devem ter os cadernos diários em ordem, pois aí têm que registar o que se escreve no quadro ou o que é solicitado pela professora. O caderno diário é uma boa base de apoio ao estudo, proporcionando a revisão de conteúdos. Por outro lado, permite que o aluno possa estudar em casa sendo

³ Ver anexo 3

este um elemento de ligação entre a escola e a família. De facto, o caderno do aluno “Contribui para desenvolver no aluno o gosto pela boa apresentação, pela limpeza, pela caligrafia cuidada (...); desenvolve no aluno o cuidado com a ortografia; ajuda a criar hábitos de organização; fornece ao professor elementos relativos à progressão do aluno” (Gomes, Cavacas, Leitão, Casteleiro, Martins, Ribeiro *et al.*, 1991, 1º nível, p. 18). Periodicamente, os cadernos são vistos e avaliados para que se perceba que vale a pena investir neste útil instrumento de trabalho. Efectivamente, se o aluno acompanhar o ritmo da aula e se registar o que é abordado, poderá participar mais e melhor.

3.3.1- Estratégias utilizadas num ensino individualizado

Em termos de planificação, o professor deverá definir uma “estratégia pedagógica, ou seja, a sua actuação num processo de intervenção bem definido, de acordo com objectivos pré – determinados e tendo em atenção as características da realidade e dos recursos disponíveis” (Amor, 1994, p. 31).

A estratégia está intimamente ligada à selecção de actividades e recursos. Assim, um somatório de actividades não constitui uma estratégia pedagógica, “esta não se confunde com uma situação de aprendizagem – embora tenha sido concebida no sentido de proporcionar – uma vez que a maior parte das experiências de aprendizagem são imprevisíveis e estão fora do controlo do professor. A estratégia deverá, sim, ser entendida como uma optimização das actividades enquanto experiência de gestão” (Amor, 1994, p. 32). De facto, serão mais eficazes as estratégias pedagógicas que proporcionarem efectivamente situações de aprendizagem, ou seja, apropriações de competências novas.

Uma turma de alunos pode revelar vários grupos de níveis de desempenho muito diferentes. Há que estar atento a estas questões e tentar individualizar o mais possível o ensino. Esta situação origina, como é claro, um nível de preparação de aulas mais complexo pois é necessária uma maior diversidade de materiais. Muitas vezes são entregues fichas suplementares aos alunos com um menor grau de desempenho para que assim possam colmatar as suas dificuldades.

A heterogeneidade dentro do grupo turma é apontada por Rui Canário, como umas das razões do “disfuncionamento da instituição escolar” (Canário, 2005, p. 124). A massificação do ensino, fenómeno que começa a surgir após a segunda guerra mundial,

levou ao conseqüente aumento do número de profissionais de educação que têm cada vez mais de enfrentar problemas sociais que antes eram exteriores à escola.

“A integração de outras culturas está ainda longe de se tornar uma prática comum nas escolas” (Sampaio, 2001, p. 100). Todavia, de ano para ano é cada vez mais comum ter alunos de diferentes etnias ou, quando esta situação não se verifica, alunos de diferentes nacionalidades. Este ano não constitui uma exceção. Na turma C de nono ano de Língua Portuguesa há uma aluna caboverdiana na turma B há três alunos ucranianos. Em virtude do exposto, é importante apelar aos valores de solidariedade, de igualdade e de respeito pela diferença, sempre que se proporciona. De facto, penso que a aluna de nacionalidade caboverdiana está bem integrada no grupo e relaciona-se bem com todos os outros elementos. Ela frequenta as aulas de apoio de língua não materna pois reside em Portugal apenas há dois anos. Pelos motivos apresentados, é fulcral falar-se mais devagar, corrigir as suas intervenções em voz baixa, as suas formas de tratamento sempre que trata por tu a professora e posicioná-la nos lugares da frente pois o quadro é utilizado com muita regularidade.

É importante criar nos alunos, espíritos críticos e não apenas cépticos. É fundamental torná-los autónomos, desenvolvendo um trabalho que lhes dê tempo para a reflexão e para que sozinhos ou em pequenos grupos, tentem resolver as diferentes situações problemáticas com que se deparem. De facto, M. Helena T. Pedrosa de Jesus afirma “Questionar e ser questionado é fundamental no processo de aprendizagem, tanto dentro como fora da escola” (Alarcão, 1995, p.129). Assim, as perguntas e as respostas podem potenciar a capacidade de raciocínio e desenvolver a capacidade de compreensão. Incentivar os alunos na produção de questões é contribuir para um maior envolvimento destes no processo ensino – aprendizagem.

O trabalho realizado nas aulas é, muitas vezes complementado através da articulação com o centro de recursos da escola. Este é o resultado da evolução e transformação das bibliotecas tradicionais. Este parceiro e precioso aliado dos professores desempenha várias funções fulcrais: armazenar e conservar informação, disponibilizar meios informáticos fixos ou portáteis, apresentar palestras, sessões de esclarecimento ou divulgação de eventos, celebrar dias temáticos assinalados pela escola, proporcionar zonas de estudo, investigação e lazer quer para a leitura, quer para audição de música ou

visionamento de filmes, etc. Nesta perspectiva, o centro de recursos é utilizado com alguma frequência. No início do ano e em colaboração com o professor bibliotecário, todas as turmas fizeram uma visita guiada ao centro de recursos para que o utilizassem e optimizassem no seu dia a dia. Este é igualmente um dos espaços onde os alunos seleccionam livremente livros para leitura que será apresentada à turma no final de cada período. No mês de Novembro visionaram o filme sobre Anne Frank, realizaram trabalhos de grupo, fizeram investigação e recolha de informação, por exemplo sobre autores estudados (Eça de Queirós, Manuel da Fonseca, Gil Vicente, etc). Efectivamente, o centro de recursos é “...o novo lugar documental, situado no coração do estabelecimento de ensino e susceptível de favorecer e facilitar a emergência de novas modalidades de acção educativa” (Canário, 2005, p. 104).

Nas aulas do nono ano de Língua Portuguesa, são várias as estratégias utilizadas, desde a audição de textos declamados, de poemas musicados, pequenas dramatizações, visionamento de acetatos, visionamento de pequenos powerpoints sobre determinados conteúdos, utilização de dicionários, diálogos, debates, entre outras.

3.3.2- Estratégias utilizadas no ensino especial

A Lei de Bases do Sistema Educativo, no seu décimo sétimo artigo, lei número 46/86 de 14 de Outubro prevê a recuperação e integração sócio-educativas dos indivíduos portadores de necessidades educativas especiais oriundas de deficiências físicas e mentais. Os objectivos do sistema educativo para o ensino especial, mencionados na referida lei são múltiplos: “a) O desenvolvimento das potencialidades físicas e intelectuais; b) A ajuda na aquisição da estabilidade emocional; c) O desenvolvimento das possibilidades de comunicação; d) A redução das limitações provocadas pela deficiência; e) O apoio na inserção familiar, escolar e social de crianças e jovens deficientes; f) O desenvolvimento da independência a todos os níveis em que se possa processar; g) A preparação para uma adequada formação profissional e integração na vida activa.”

Numa perspectiva educacional, “as dificuldades de aprendizagem reflectem uma incapacidade ou impedimento para a aprendizagem da leitura, da escrita, ou do cálculo ou para a aquisição de aptidões sociais” (Correia, Martins, 2000, p.6). Trabalhar com discentes com dificuldades de aprendizagem é de alguma forma complexo devido à

heterogeneidade de características destes alunos, falta de formação dos professores nesta área, incompreensão perante estas dificuldades por parte quer dos próprios docentes, quer dos pais, entre outros motivos. Devido ao apoio dos professores do ensino especial, esta tarefa torna-se mais simples e o ensino a estes alunos torna-se exequível. Assim, a maioria destes alunos consegue terminar a escolaridade obrigatória. De facto, a inclusão, isto é, a inserção do aluno na classe regular, é um direito que assiste a estas crianças.

Este ano lectivo, nas turmas em análise, há dois alunos do ensino especial numa das duas turmas de Língua Portuguesa e há um aluno na outra. Os alunos já vinham sinalizados de anos anteriores em virtude dos fracos resultados escolares e, após a avaliação feita pelos serviços de psicologia e ensino especial, foram-lhes atribuídas medidas que apresentaremos em seguida. As suas dificuldades situam-se ao nível da compreensão e aquisição de conhecimentos e um destes revela dislexia. A dislexia foi definida como a “dificuldade de processar símbolos da linguagem ou dificuldades na aprendizagem da leitura, com repercussão na escrita, devido a causas congénitas, neurológicas ou, na maioria dos casos devido a uma imaturidade cerebral” (Serra, Alves, 2006, p. 5). A este aluno é entregue semanalmente uma ficha de trabalho por vezes adaptada a partir de um manual especializado para este objectivo e outras vezes criada pela professora. Assim, ele poderá desenvolver os domínios perceptivo, linguístico e psicomotor, o que lhe permitirá melhores performances na leitura-escrita e conseqüentemente nos desempenhos escolares em geral.⁴ Para estes aprendentes foram elaboradas as adaptações curriculares individuais, artigo 18º do Decreto - Lei 3/2008 de 7 de Janeiro, necessárias de forma a adaptar as suas necessidades às exigências do programa da disciplina. Este documento é composto por competências gerais, das quais se destacam: assegurar o desenvolvimento das capacidades de leitura; desenvolver o gosto pela mesma; assegurar o desenvolvimento das capacidades de compreensão e de expressão da língua portuguesa; usar adequadamente a língua materna para comunicar de forma correcta e para estruturar o pensamento; comunicar correcta e adequadamente de acordo com os contextos e objectivos diversificados; pesquisar, seleccionar e organizar informação para transformar em conhecimento; desenvolver a memória, a capacidade de raciocínio e o espírito crítico e aplicar conhecimentos adquiridos. Em

⁴ Ver anexo 4

seguida, deparamo-nos com as competências específicas, o registo dos três momentos de avaliação, os parâmetros a avaliar e as estratégias/ recursos. Por outro lado, foram estabelecidas condições especiais de avaliação para todos eles, artigo 16º do Decreto – Lei nº 3/2008 de 7 de Janeiro. Desta forma, os testes distribuídos a estes aprendentes são diferentes dos entregues aos restantes alunos. Normalmente têm menos questões, as perguntas de interpretação são mais objectivas e versam sobre um menos número de conteúdos programáticos.⁵

3.4- A prática lectiva

3.4.1- Recursos físicos da escola/salas

Na Lei de Bases do Sistema Educativo n.º 46/86 de 14 de Outubro modificada pela Lei n.º 115/97 de 19 de Setembro e posteriormente actualizada pela Lei n.º 49/2005 de 30 de Agosto, pode ler-se no capítulo V, artigo 37º, pontos um e dois que é da responsabilidade do Estado a criação de uma rede de estabelecimentos públicos de educação que cubra as necessidades da população e esta rede deve diminuir as desigualdade e assimetrias locais e regionais para que se assegure a igualdade de oportunidades de educação e o ensino a todos.

Tal com na nossa casa em que temos uma preocupação com a organização e harmonização dos diferentes espaços, também na escola os espaços são muito importantes. Daniel Sampaio afirma “Parece evidente que nada muito sólido se pode construir na adolescência escolar, se o ambiente à volta for devastador. E é claro que meio caminho estará percorrido se as pessoas entrarem no portão da escola e gostarem do que vêem. Uma das prioridades educativas terá de ser, portanto, restaurar o parque escolar” (Sampaio, 2001, p.17).

O espaço físico da escola E B 2,3/S. Dr. Hernâni Cidade tem mais de trinta anos de existência. Situa-se na vila de Redondo, sede de concelho e comarca, que dista trinta e cinco quilómetros de Évora. O concelho é composto por duas freguesias, Redondo e Montoito e por várias aldeias. A escola é uma instituição cuja função é fulcral para o desenvolvimento local uma vez que contribui para a melhoria da literacia. De facto, o nível de escolaridade da população é baixo, com carências económicas, instabilidade

⁵ Ver anexo 5

profissional e desemprego e famílias desestruturadas. A escola mencionada pertence ao Agrupamento de Escolas de Redondo que tem uma grande diversidade de níveis de ensino; desde o jardim de infância até ao ensino secundário. A escola E B 2,3/S. Dr. Hernâni Cidade tem uma grande oferta formativa: Cursos de Educação e Formação (CEF), Cursos Profissionais e Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA).

Neste momento, a escola referida anteriormente encontra-se em fase de obras. O pavilhão destinado ao pré-escolar e primeiro ciclo está a ser ultimado e prevê-se que nos meses iniciais do ano se faça a mudança de serviços e salas para os monoblocos, onde decorrerão as aulas até ao final da empreitada.

Diariamente lidamos com um outro problema, que está de algum modo relacionado com as condições das instalações: a poluição do espaço escolar. Em todos os intervalos é recorrente ouvir advertências de professores e funcionários a alunos, no sentido de evitar que estes deitem lixo para o chão. Todos os anos esta temática é frequentemente abordada nas aulas de Formação Cívica.

Por esta razão o posicionamento e as atitudes a tomar são no sentido de proporcionar o melhor ambiente possível dentro da sala de aula pois o exterior da escola não ajuda muito. É importante perceber-se que a escola de hoje é um local onde alunos e professores passam cada vez mais tempo e que, para além do espaço de estudo, a escola é igualmente um espaço de convívio.

3.4.2- Estabelecimento de regras na sala de aula

As regras estruturam os homens, as instituições, a sociedade. Também na escola o estabelecimento de regras é fundamental. Assim sendo e após a aula destinada à apresentação, jogo de conhecimento e preenchimento das fichas da caderneta, a segunda aula é destinada ao estabelecimento e registo das regras de funcionamento da aula de Língua Portuguesa. O que se pode ou não fazer deve ser definido conjuntamente e passa por atitudes e comportamentos que se devem ter para que haja um ambiente adequado ao trabalho. É fundamental que as aulas de Língua Portuguesa sejam “um pretexto para estar a conviver (...) E dentro dessa convivência, como quem brinca ou como quem se lembra de uma coisa que sabe e vem a propósito, ir ensinando” (Gama, 1993, p. 25).

A educação apresenta uma dupla faceta: por um lado respeitar o direito das crianças, dos alunos e por outro dar o exemplo de forma a que sejamos respeitados enquanto pessoas e profissionais.

É lógico que por vezes surgem problemas mas num problema de uma aula não há culpados, todos são responsáveis pela sua resolução. Por isso é importante manter o diálogo como forma privilegiada de comunicação entre a professora e os alunos.

Um dos principais problemas com que actualmente se confrontam os professores e, de resto registado em inúmeros trabalhos realizados por diversos investigadores desta área de estudo, é a falta de interesse em aprender. Efectivamente, a escola é um lugar destinado a dar e a receber instrução contudo, a sua função não se verifica se aqueles que estão aí para a receber, não o fazem voluntariamente. Recorrentemente é necessário ter uma conversa, fazer uma chamada de atenção ou um aviso que lhes mostre o caminho a percorrer.

3.4.3- Actividades desenvolvidas

Poderiam ser várias as actividades escolhidas mas serão mencionadas apenas algumas das utilizadas este ano.

É importante motivar os discentes e por vezes é necessário facultar-lhes livros muitas vezes do próprio professor. Nessas alturas até nos sentimos um pouco como o grande escritor português, missionário, Padre António Vieira, quando este fala no papel do pregador que deverá lançar a semente da palavra de Deus no coração dos homens. Fazendo o paralelismo e sem querer cair em repetições, devemos lançar os livros para as mãos dos alunos e esperara os frutos.

Os livros mais solicitados são normalmente *As Lições do Tonecas* de José de Oliveira Cosme, o *Diário de Anne Frank* de Anne Fank ou livros de *Uma Aventura* das autoras Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada.

No início do ano, procede-se à assinatura do contrato de leitura. Este é um instrumento que consiste num acordo entre a professora e os alunos no sentido do estabelecimento de um conjunto de itens que têm a ver com a leitura de um livro por período, preenchimento da ficha de leitura sobre o mesmo, supervisão e avaliação do processo de leitura, etc. O contrato de leitura visa pois desenvolver nos alunos o hábito

de ler. Os discentes têm sempre conhecimento dos “Direitos inalienáveis do leitor” patentes na obra *Como um romance* de Daniel Pennac e depois de explorar com eles o significado dos mesmos, encontram-se em condições de viajar pelos livros, detentores dos seus direitos.

Os alunos têm conhecimento dos livros de leitura orientada ou os livros aconselhados para a leitura recreativa, recomendados pelo programa de Língua Portuguesa para ao nono ano. Posteriormente, folheiam a lista dos livros propostos pelo Plano Nacional de Leitura e é-lhes proporcionado o contacto com títulos desconhecidos.

Ainda no âmbito da competência da leitura, referimos a actividade do “livrómetro”. Esta actividade consiste em registar numa folha criada para o efeito, a quantidade de livros lidos facultativamente; é pois uma espécie de unidade de medida para os livros.⁶ O objectivo é motivar os discentes para a leitura como forma de lazer e de entretenimento. Através da observação dos gráficos referentes às leituras realizadas pelas turmas B e C, durante os meses de Outubro, Novembro e Dezembro e mais concretamente dos gráficos números sete e oito, podemos concluir que a actividade dinamizada está activa e a decorrer de forma positiva. Em ambas as turmas há alunos a ler de forma regular, ainda que um ou dois livros. A turma B leu quatro livros em Outubro, quinze em Novembro e dezoito em Dezembro, num total de trinta e sete livros. A turma C leu doze livros em Outubro, quatro em Novembro e treze em Dezembro, num total de vinte e nove livros. Destaca-se o mês de Dezembro com o mês que apresenta um maior número de leituras feitas, em parte porque coincidiu com a apresentação da obra de leitura de escolha livre que foi apresentada à turma.⁷ Para concluir, percebemos que lentamente, com motivação e palavras de incentivo, a actividade segue no bom caminho.

Por último, entre as múltiplas actividades desenvolvidas ao longo do primeiro e segundo períodos, destaca-se a leitura dramatizada de cenas do *Auto da Barca do Inferno*, alternada com a audição do texto a partir de um cd que acompanha o manual. Esta actividade motiva muito os alunos e leva-os a participar entusiasticamente. No

⁶ Ver anexo 6

⁷ Ver anexo 7

final da leitura/ audição, interpretação e análise de cada uma das cenas, os alunos preenchem um quadro resumo da peça.⁸

3.4.4- Relação com a comunidade educativa

A comunidade educativa é formada por alunos, professores, pessoal não docente das escolas, pais e encarregados de educação, membros dos serviços educativos das autarquias locais e serviços centrais e locais do Ministério da Educação. A escola enquanto instituição social, insere-se no meio em que se localiza e deve estabelecer com este meio um conjunto de relações que potenciem os seus objectivos.

No início do segundo trimestre de dois mil e onze, todas as turmas de nono ano deslocar-se-ão ao Centro Cultural de Redondo para visionamento da peça *Auto da Barca do Inferno* de Gil Vicente. Este projecto vem no seguimento da articulação e bom entendimento entre a escola e a Câmara Municipal desta localidade. A representação estará a cargo da companhia de teatro “Casa dos Afectos” que já nos presenteou anteriormente com os seus espectáculos. Os custos das entradas serão inteiramente suportados pela autarquia e no final do espectáculo, os alunos poderão usufruir de um momento com os actores para as entrevistas e esclarecimentos habituais.

3.5- Avaliação das aprendizagens dos alunos do nono ano

A planificação, a execução e a avaliação não se podem dissociar umas das outras. O papel da avaliação é essencialmente regulador do processo ensino – aprendizagem. “Avaliar é, portanto, acompanhar o desenvolvimento do acto educativo com um conjunto de actividades contínuas, com vista a apreciar a adequação dos diversos momentos do processo de ensino – aprendizagem e do nível atingido pelos alunos, relativamente aos objectivos comportamentais” (Gomes, Cavacas, Leitão, Casteleiro, Martins, Ribeiro *et al.*, 1991, 2º nível, p. 90).

Relativamente aos tipos de avaliação utilizados, podemos afirmar que são a avaliação diagnóstica, a avaliação formativa, a avaliação sumativa e ao longo do processo e no seu final, a autoavaliação.

⁸ Ver anexo 8

No início do ano os alunos realizaram um teste diagnóstico pois a professora tinha que ter conhecimento sobre os conteúdos dominados pelos alunos, os seus níveis de aprendizagem, as suas capacidades, uma vez que leccionou as turmas pela primeira vez. Os resultados deste teste foram algo preocupantes em ambas as turmas pois revelaram dificuldades ao nível da interpretação de textos, funcionamento da língua e ao nível da expressão escrita.

Durante o ano lectivo são vários os instrumentos de avaliação utilizados para avaliar os alunos, entre os quais os testes de avaliação, as fichas formativas, exercícios de produção escrita e de produção oral e os testes de compreensão oral. Assim, destaca-se a avaliação formativa que consiste na recolha de informações referentes ao desempenho dos alunos em qualquer do processo de ensino – aprendizagem. Este tipo de avaliação não se destina a classificar os alunos e não surge expressa quantitativamente. Exige-se sim uma recolha constante de elementos referentes à “natureza e qualidade da aprendizagem de cada aluno, orientando o professor de modo a dar-lhe a possibilidade de tomar decisões adequadas às capacidades e necessidades dos alunos” (Lemos, Neves, Campos, Conceição, Alaiz, 1992, p. 27). Esta avaliação é pois de carácter descritivo e qualitativo.

Relativamente à avaliação sumativa, podemos afirmar que esta “preocupa-se em proporcionar ao professor dados que lhe permitam determinar o nível atingido por cada aluno e classificar esse nível” (Gomes, Cavacas, Leitão, Casteleiro, Martins, Ribeiro *et al.*, 1991, 2º nível, p. 93). “A avaliação sumativa consiste num balanço do que o aluno aprendeu, num juízo globalizante sobre o desenvolvimento dos conhecimentos, competências, capacidades e atitudes dos aluno” (Lemos, Neves, Campos, Conceição, Alaiz, 1992, p. 32). A avaliação sumativa surge de uma necessidade imposta pela aproximação do final de um período lectivo e reporta-se a uma classificação final, progressão / retenção ou até mesmo uma eventual certificação, no caso do final dos ciclos. Relativamente aos resultados das turmas leccionadas podemos afirmar que, no primeiro período, na turma B houve oito níveis inferiores a três, dez níveis três e dois níveis quatro. Na turma C houve sete níveis inferiores a três, seis níveis três, cinco níveis quatro e um nível cinco. Pode verificar-se um melhor rendimento escolar desta última turma que, ainda com alunos com múltiplas dificuldades, tem outros cujo desempenho é manifestamente satisfatório.

No final de cada período lectivo, os alunos preenchem uma ficha de autoavaliação sobre os diferentes parâmetros dos critérios de avaliação: atitudes e valores, participação, compreensão e expressão orais e compreensão e expressão escritas. Seguidamente, o aluno tem a oportunidade de registar o nível que lhe deverá ser atribuído e registar sugestões para as aulas no período seguinte.⁹ É fundamental a existência destes momentos pois permitem fazer um balanço do processo ensino – aprendizagem.

Efectivamente, a participação cada vez mais activa dos alunos no processo de avaliação tem sido gradualmente mais destacada como importante em todo o processo de ensino-aprendizagem.

Alguns dos erros mais comuns na disciplina de Língua Portuguesa têm a ver com a ortografia, sintaxe, ausência de hábitos de trabalho e estudo e falta de interesse pela leitura.

4- Análise da prática de ensino

4.1- Reflexões e avaliação referentes à prática lectiva

Longe vão os tempos da escola descrita no livro *O menino Nicolau e os seus amigos*: “A professora começou a bater na secretária com a régua e deu-nos castigos a todos” (Sempé, Goscinny, 1990, p. 25). De facto, hoje não há régua intimidatória que mantenham a disciplina e as regras à força. Hoje fala-se, conversa-se, cativa-se e negocea-se.

A função educativa é exercida pela sociedade desde sempre. Ao longo dos tempos, destacaram-se na história da pedagogia, os sofistas que transmitiam um ensino público e geral apenas aos que podiam pagar, a denominada “paidéia”. Platão foi o primeiro a estabelecer uma filosofia da educação. Assim, para este autor, o educador não deveria procurar a sua clientela, nem daí obter lucros. Ele deveria escolher os seus aprendizes e companheiros. Posteriormente, Sócrates afirmava que a tarefa inicial do educador era levar os seus alunos a terem consciência da sua ignorância. De facto, “A ignorância mais perigosa é a do ignorante que imagina saber e se encontra cheio de falsas certezas”

⁹ Ver anexo 9

(Chateau, s/d, p. 26). É desta forma que ele poderá desempenhar um papel semelhante ao papel da mãe, através da sua arte, através do parto dos espíritos, a maiêutica. Depois poder-se-á ver, analisar e reflectir sobre o fruto, o seu resultado.

Outros autores contribuíram para acrescentar experiências, saberes e teorias à história da pedagogia. Destacaria ainda no século dezoito, o filósofo e pedagogo Rousseau, que julga fundamental despertar na criança o desejo de aprender. Para este, o objectivo da educação residia na reconstrução do homem, operando pois uma verdadeira transformação. O autor da pedagogia funcional, também era defensor da pureza inata do homem assim que este nasce, sendo posteriormente confrontado com o papel condicionador e marcante da sociedade em que se desenvolve.

Um século depois, a história da pedagogia fica marcada pela obra e personalidade de Maria Montessori. As suas experiências e teorias encontram-se na linha do movimento da escola activa. Esta médica de formação inicial, rapidamente se apercebeu da sua vocação pedagógica. Desta forma “O que portanto necessário (...) consiste em não ensinar, dar ordens, forjar ou moldar o espírito da criança, mas criar-lhes um ambiente apropriado à sua necessidade de experimentar, agir, trabalhar, assimilar espontaneamente o espírito da criança” (Chateau, s/d, p. 343). Todo o seu método é um método livre, de trabalho livre por parte da criança, tendo em conta as suas necessidades próprias do seu desenvolvimento. Em vez de interesses, Montessori fala em períodos sensíveis e sempre que é oportuno, ela tenta satisfazê-los, proporcionando assim à criança as aprendizagens adequadas e pretendidas. Esta grande educadora defende que o homem deveria ser tratado como um fim e não como um meio.

Segundo Musgrave a profissionalidade é entendida em função de vários pontos fundamentais: “a natureza, (...) o saber, (...) o poder (...) e a reflexividade” (Roldão, 1999, p. 112). Relativamente à primeira, pode-se afirmar que a função do professor é a de ensinar, fazer aprender algo a alguém. A segunda característica que define esta profissão tem a ver com o “saber educativo” que é constituído pelo conhecimento científico, pedagógico e mobilizar estes múltiplos saberes tendo como objectivo a aprendizagem dos alunos. O poder está relacionado com a autonomia e com a possibilidade de tomada de decisões que se tem sob os alunos. Finalmente, a reflexividade está intimamente relacionada com a análise que este desempenha sobre a

sua prática: resultados, conteúdos, métodos, etc. Esta reflexão terá de ser discutida, terá de haver troca destas experiências, partilha destes saberes para haver uma mudança no sistema.

5- Participação na escola

5.1- Cargos desempenhados

Neste ano lectivo, os cargos desempenhados foram os seguintes: directora de turma do nono C e coordenadora do curso profissional de técnico de gestão e programação de sistemas informáticos de alunos do décimo segundo D .

No que diz respeito ao primeiro cargo, este está directamente relacionado com uma das turmas de nono ano. Assim, podemos afirmar que foram desempenhadas todas as funções previstas na legislação. Muito do tempo deste cargo é passado na resolução de tarefas burocráticas tais como, justificação de faltas, envio do registo de faltas justificadas e injustificadas ao encarregado de educação, leitura da legislação que sai constantemente e que muda o conteúdo dizendo agora e desdizendo posteriormente. Um exemplo é o caso da Lei 39/2010 de 2 de Setembro – segunda alteração ao Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pela Lei 30/2002, de 20 de Dezembro e alterado pela Lei nº 3/ 2008 de 18 de Janeiro. Um outro exemplo das alterações constantes é o da lei nº 85/ 2009 de 27 de Agosto que estabelece o regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontrem em idade escolar, alterando-a de quinze anos de idades para os dezoito anos. O director de turma procede também à elaboração e entrega de informações aos alunos para que estes entreguem em casa sobre visitas de estudo, faltas de material, datas de reuniões intercalares e de entrega de registos de avaliação, entre outras. Enquanto directora de turma, ainda devemos fazer a recepção aos encarregados de educação que se deslocam à escola, embora não tantas vezes quantas as necessárias, actualizar o Plano Curricular de Turma e resolver situações pontuais e complicadas que envolvam os alunos. Na escola de hoje, os professores têm que assumir papéis diferenciados: educadores, pais, assistentes sociais, psicólogos, etc. No seu artigo patente no primeiro número na publicação *Educação – Temas e Problemas*, José Verdasca afirma que “o que tende a restar é uma enorme pressão sobre as escolas e, em particular, sobre os professores, na medida em que se vêem agora confrontados com uma crescente multiplicidade de papéis (...) ao

mesmo tempo que se assiste a uma intensificação do trabalho dos professores decorrente dos problemas com que têm agora de lidar, não só de natureza instrutiva mas também de natureza comportamental e social” (p. 127).

Neste momento, questiona-se a continuidade de disciplinas como a Formação Cívica que se encontrava a cargo do director de turma. Quando foi criada e regulamentada pelo Dec – Lei nº 6/2001, de 18 de Janeiro, art. 5, ponto 3, alínea c), a Formação Cívica era definida como o “ espaço privilegiado para o desenvolvimento da educação para a cidadania, visando o desenvolvimento da consciência cívica dos alunos como elemento fundamental no processo de cidadãos responsáveis, críticos, activos e intervenientes, com recurso nomeadamente ao intercâmbio de experiências vividas pelos alunos e à sua participação, individual e colectiva, na vida da turma, da escola e da comunidade.” Considera-se pois fundamental este tempo em comum, entre professora e alunos para o tratamento de temas como os propostos para este ano: relações interpessoais (direitos e deveres dos alunos), mundo do trabalho (escolha de uma profissão, elaboração de um currículo vitae, respostas a anúncios), educação ambiental (consumos energéticos, ecologia), educação para a saúde (consumo de substâncias ilícitas) e ainda dedicação de algumas horas para Educação Sexual através do tratamento de tema “Sexualidade e violência” abordando os abusos sexuais/ violência sexual, interrupção voluntária da gravidez: recursos e legislação. Neste âmbito, o kit de Educação Sexual para o nono ano constitui uma boa base de trabalho e as actividades desenvolvidas vão no sentido da produção de um desdobrável com informações sobre serviços de apoio, telefones e moradas úteis em caso de abuso sexual, debates na sala de aula e resolução de fichas de trabalho.

5.2- Participação nas actividades do plano anual de actividades do Agrupamento

Neste ano lectivo, as actividades propostas pelo departamento de línguas e constantes do plano anual de actividades são as seguintes: Karaoke das línguas calendarizado para os segundo e terceiro períodos deste ano lectivo e a realização de uma visita de estudo ao Teatro Garcia de Resende, em Évora, no dia dezoito de Janeiro destinada aos alunos do nono ano regular de Língua Portuguesa, no âmbito do estudo do texto dramático.¹⁰ No início do segundo trimestre de dois mil e onze ocorrerá uma deslocação ao Centro

¹⁰ Ver anexos 10 e 11

Cultural de Redondo para visionamento da peça *Auto da Barca do Inferno* de Gil Vicente, um concurso de ortografia para os discentes do terceiro ciclo e um concurso de oficina de escrita direccionado para os alunos do ensino secundário. Paralelamente ao exposto, assegura-se o contributo através da colaboração no jornal da escola *Hora livre*, com textos dos alunos e da colaboração com o primeiro ciclo, no âmbito do PNL (leitura de um livro por parte dos alunos mais velhos da/s turma/s e desenvolvimento de actividades com os alunos mais novos). De assinalar igualmente a participação de alunos de turmas leccionadas neste ano lectivo, no concurso de poesia “Em Portugal sê poeta”, dinamizado pela DREAL e no concurso “Uma aventura” de responsabilidade da Editorial Caminho.

6- Desenvolvimento profissional

6.1.- Formação pessoal

A inovação é indissociável da profissão docente e por isso mesmo temos que estar informados e frequentar acções de formação. Ao longo da carreira, foram muitas as formações realizadas e que poderão ser comprovadas através do currículo, nomeadamente no âmbito das tecnologias de informação e comunicação (moodle, programas informáticos, entre outras), dinamização de bibliotecas escolares, ensino especial ou ensino do Português e didáctica de línguas estrangeiras. As acções referidas foram realizadas com sucesso e os créditos obtidos permitiram a progressão na carreira. Algumas foram dinamizadas por centros de formação contínua, institucionalizados no nosso país a partir de noventa e três.

Nas últimas décadas temos assistido ao aumento de exigência de formação e habilitação por parte de empresas e instituições públicas e privadas. A profissão docente não escapa a esta elevação dos níveis de exigência.

No que diz respeito à formação pessoal, é de destacar o esforço de actualização através da frequência de acções de formação ministradas por várias entidades. Neste ano destaca-se a formação denominada “Quadros interactivos multimédia no ensino/aprendizagem da Língua Portuguesa”. Esta teve a duração de quinze horas, creditação de 0,6 créditos, classificação de nove valores e três décimas com designação de “Excelente”, realizada entre trinta de Outubro e treze de Novembro de dois mil e dez,

no âmbito das competências TIC- plano tecnológico de educação, correspondente a um curso de nível dois, opcional, da responsabilidade da entidade formadora MARGUA. Esta formação foi fulcral na minha formação pois hoje, vivemos numa sociedade cada vez mais digital, mais individualizada, onde as relações se constroem sem uma necessidade presencial, onde as redes sociais e os novos meios electrónicos de comunicação vieram modificar a forma como interagimos. Actualmente, a referida acção de formação revela-se de grande importância no âmbito da modernização e actualização do parque escolar português, criando assim condições de utilização dos quadros interactivos multimédia em contextos de aprendizagem escolar. Por outro lado, o seu uso proporciona a diversificação das estratégias de trabalho docente e promove a emergência de novas práticas pedagógicas. De facto, a utilização dos quadros interactivos multimédia permite desenvolver uma aprendizagem ancorada na interacção, que agora não pertence apenas ao professor. Sem interacção não há aprendizagem e podendo usufruir de mais uma ferramenta, possibilita-se o sucesso dos alunos. Numa época em que reina o interesse pela multimédia, informática e tecnologia, os QIM poderão ser um nobre aliado do professor, possibilitando a participação dos alunos, a sua colaboração em trabalhos na aula e até a melhoria de comportamentos menos adequados. O software educativo multimédia facilita a relação do ser humano com o tempo e o espaço, permitindo-lhe reinventar discursos estruturados e racionais a partir da associação de ideias e de comunicações dinâmicas. A interactividade permite aliar a actividade lúdica, a estimulação sensorial, a emoção da aventura e a descoberta associada à aquisição do saber.

Em Setembro de dois mil e dez destaca-se a conclusão da licenciatura em “Línguas, literaturas e culturas – estudos portugueses e espanhóis” com a média de quinze valores. No mesmo mês deu-se início à frequência do mestrado: “Ensino do Português no terceiro ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário e de Espanhol dos Ensinos Básico e Secundário”.

No dia vinte e sete de Janeiro de dois mil e onze, refere-se a frequência da acção de formação “Cumprir o programa - recursos de apoio à leitura - ensino secundário”, dinamizada pela Porto Editora. Igualmente dinamizada por esta editora, procedeu-se à inscrição na acção de formação “A gramática no Ensino Básico”.

Todavia, o interesse pela inovação e actualização de saberes não se podem resumir apenas às acções de formação. São complementares as leituras de artigos no jornal *Público*, nas revistas *Visão* e *Palavras*, sendo a última da responsabilidade da Associação dos Professores de Português e noutros meios de comunicação social, cujos artigos versem sobre as temáticas da educação. A internet é igualmente uma fonte de informação inestimável, destacando-se sites como *educare.pt*, o *Correio da Educação* da Asa Editores ou outros dirigidos por editoras de manuais escolares. Importante é também a visualização de debates televisivos, ou de programas como “Opinião Pública”, sempre que tratem de assuntos referentes à escola, educação, entre outros.

7- Considerações gerais

Tal como observámos ao longo deste relatório com a análise da prática lectiva nas turmas de Língua Portuguesa, o desempenho dos docentes deverá ser executado, com o máximo de rigor e de profissionalismo. Todavia, é fundamental estar ciente da existência de problemas e de dificuldades de operacionalização. Antes de ser professor, este é um ser humano e por isso mesmo é passível de errar. Pelo exposto, torna-se evidente o papel fulcral da reflexão, crítica e auto-análise, feito regularmente. Para além destas, a preparação das aulas, a integração dos discentes, o respeito e preocupação para com eles e a utilização regular de reforços positivos são alguns dos contributos no sentido de uma aprendizagem contínua para ambas as parte envolvidas. De facto, segundo Baltasar Gracian, “Não há mestre que não possa ser aluno” (Montreynaud, 1991, p. 172).

Muitas das considerações essencialmente teóricas, já foram anteriormente escritas e repensadas por outros, mas a verdade é que deste caminhar no óbvio também se constroem novas noções, novas ideias e aberturas a outras perspectivas futuras.

É fundamental que todos sejamos professores na correcta acepção da palavra e não meros agentes de ensino. Perante um sistema que não é perfeito, não se pode apenas contestar, reclamar, criticar e esperar que seja o próprio Ministério da Educação a resolver todas as dificuldades do terreno. Há que intervir, agir, mobilizar os recursos possíveis à nossa volta para potenciar o processo de ensino-aprendizagem.

A escola, como uma das instituições que está mais sujeita aos vários tipos de teorias vindas de todas as facções da sociedade, é também o produto dessas mesmas orientações do meio social onde está inserida.

Concluindo, a escola tem um papel preponderante na construção de uma coesão e unificação nacionais. Como instituição, a escola deve ser pensada essencialmente de dentro para fora e menos de fora para dentro.

8 – Referências Bibliográficas

- Alarcão, I. (2001). *Escola reflexiva e supervisão – Uma escola em desenvolvimento e aprendizagem*. Porto: Porto editora.
- Alarcão, I. (1995)- edição de. *Supervisão de Professores e Inovação Educacional*. Aveiro: Centro de Investigação, Difusão e Intervenção Educacional.
- Amor, E. (1994). *Didáctica do Português – Fundamentos e Metodologias*. Lisboa: Texto Editora.
- Bettelheim, B. (1991). *Psicanálise do conto de fadas*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Canário, R. (2005). *O que é a escola? -um “olhar” sociológico*. Porto: Porto Editora.
- Carita, A., Fernandes, G. (1991). *Indisciplina na sala de aula – Como prevenir? Como remediar?*. Lisboa: Editorial Presença.
- Chateau, J. (s/d). *Os grandes pedagogos*. Lisboa: Livros do Brasil.
- Correia, L., Martins, A. (2000). *Dificuldades de aprendizagem – O que são? Como entendê – las?*. Porto: Porto Editora.
- Gama, S. (1993). *Diário*. Lisboa: Edições Ática.
- Gama, S. (1992). *Pelo sonho é que vamos*. Lisboa: Edições Ática.
- Gomes, A., Fernandes, A., Cavacas, F., Gonçalves. J., Gonçalves, M., Ribeiro, M., Canelas, M., Grilo, M. (1991). *Guia do Professor de Língua Portuguesa*. I Vol., 1º, 2º, 3º nível. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Lemos, V., Neves, A., Campos, C., Conceição, J., Alaiz, V. (1992). *A Nova Avaliação da aprendizagem – O Direito ao sucesso*. Lisboa: Texto Editora.
- Montreynaud, F. (1991). *Dicionário de citações*. Mira- Sintra- Mem Martins: Editorial Inquérito.
- *Programa de Língua Portuguesa – Ensino Básico, 3º ciclo*. (2000). Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

- Roldão, M. (1999). *Os Professores e a gestão do Currículo – Perspectivas e Práticas em Análise*. Porto: Porto Editora.
- Sampaio, D. (2001). *Voltei à escola*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Sempé, Gosciny. (1990). *O menino Nicolau e os seus amigos*. Lisboa: Editorial Teorema.
- Verdasca, J. (2005). “ Que rumos para a educação?” *Educação - Temas e problemas* nº1. Évora: Centro de Investigação em Educação e Edições Colibri.
- Vieira, M. (2010). *O Ensino do Português*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Serra, H., Alves, T. (2006). *Dislexia – Cadernos de Reeducação Pedagógica*. Porto: Porto Editora.
- *Currículo Nacional do Ensino Básico* (<http://www.dgidc.min-edu.pt/basico>)

9 – Anexos

Lista de anexos:

Anexo 1 – Acetato do “ Jogo dos provérbios “	1
Anexo 2 – Teste de avaliação do Texto Narrativo	2
Anexo 3 - Resumo e planificação da disciplina de Língua portuguesa do nono ano	7
Anexo 4- Ficha de trabalho do ensino especial – dislexia	23
Anexo 5- Teste de avaliação do Texto Narrativo – ensino especial	24
Anexo 6- Livrómetro	29
Anexo 7- Gráficos referentes ao livrómetro	30
Anexo 8- Quadro resumo do <i>Auto da Barca do Inferno</i>	34
Anexo 9- Ficha de autoavaliação	35
Anexo 10- Planificação e guião da visita de estudo ao Teatro Garcia de Resende.....	37
Anexo 11- Relatório da visita de estudo ao Teatro Garcia de Resende	42